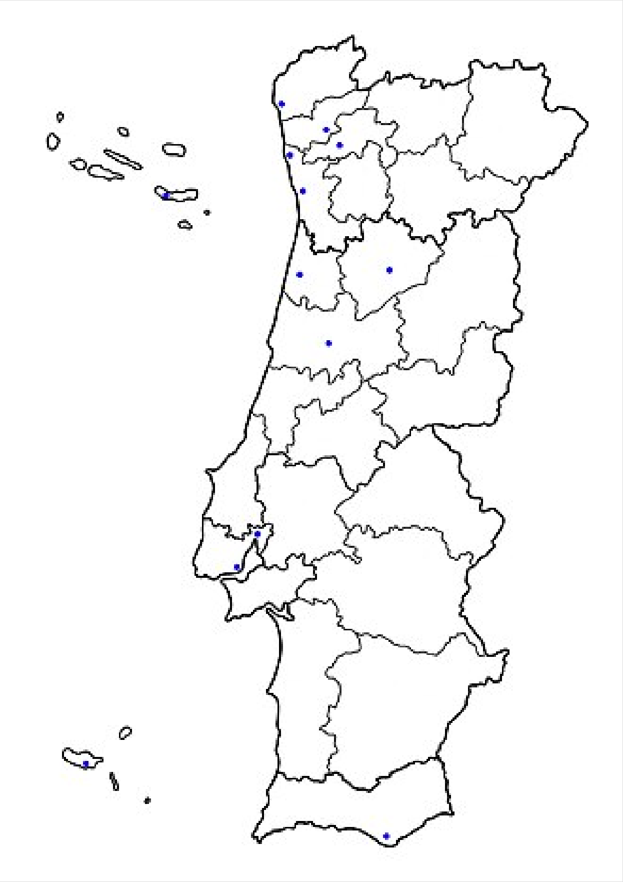
Wikipédia
A enciclopédia livre

Lista de cidades em Portugal

Esta é uma lista **das cidades de Portugal**.

Contexto Internacional

A definição de cidade pode variar de acordo com os critérios adotados. No contexto da OCDE/União Europeia, os critérios para definir uma cidade levam em consideração fatores como número de residentes, densidade populacional e configuração urbana.[1] Abaixo está uma lista das cidades portuguesas no âmbito do projeto europeu Urban Audit (versão de 2019),[2] com a população total respetiva aos censos de 2021.



Mapa das localizações das cidades, divididas em regiões e sub-regiões

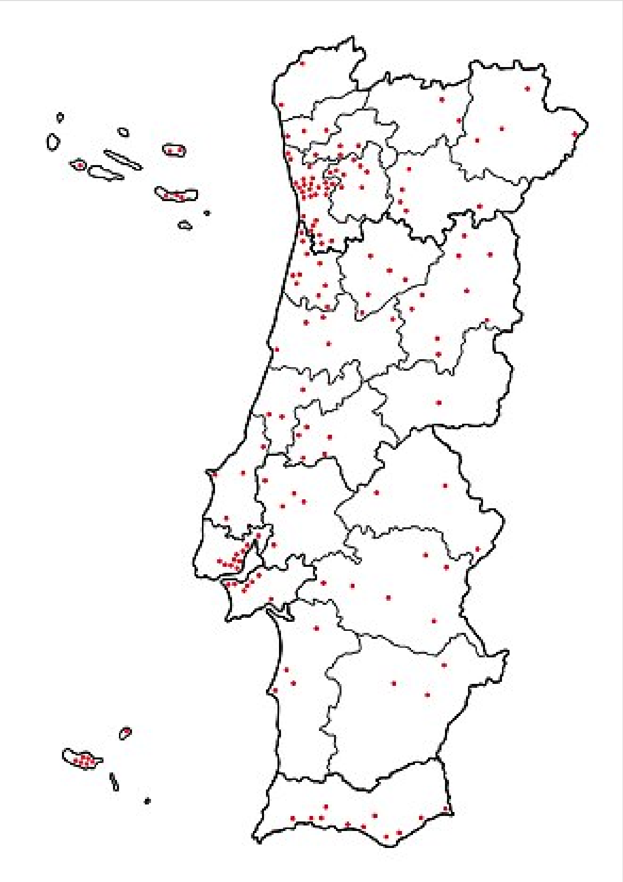
Cidade	Municípios	População Total (2021)
"Grande Lisboa"	Almada Amadora Barreiro Cascais Lisboa Loures Odivelas Oeiras Seixal Setúbal Sintra	2 384 401
"Grande Porto"	Gondomar Matosinhos Paredes Porto Valongo Vila Nova de Gaia	1 052 244
Aveiro		80 880
Braga		193 333
Coimbra		140 796
Faro		67 566
Funchal		105 919
Guimarães		156 852
Ponta Delgada		67 287
Póvoa de Varzim		64 320
Viana do Castelo		85 864
Vila Franca de Xira		137 659
Viseu		99 693

Contexto Nacional

A nível nacional, a classificação de *cidade* só pode ser dada por lei da Assembleia da República a uma vila quando conte com um número de eleitores, em aglomerado populacional contínuo, superior a 8000 e tendo pelo menos metade das seguintes infra-estruturas: instalações hospitalares com serviço de permanência; farmácias; corporação de bombeiros; casa de espectáculos e centro cultural; museu e biblioteca; instalações de hotelaria; estabelecimento de ensino preparatório e secundário; estabelecimento de ensino pré-primário e infantários; transportes públicos, urbanos e suburbanos; parques ou jardins

públicos. A Lei estabelece ainda que "Importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica poderão justificar uma ponderação diferente dos requisitos enumerados."[3] Atualmente, o país conta com 159 povoações têm a classificação oficial de *cidade*.[4]

A grande maioria das cidades portuguesas não corresponde ao seu município. Por exemplo, a cidade de Guimarães tem 54 178 habitantes e uma área de 20,4 km^2,[5] mas o município contva 156 849 habitantes[6] e uma área de 240,95 km^2.[7] Nesses casos, foram apenas considerados os dados dos locais estatísticos que formam a cidade, para obter o número de habitantes dessa cidade e a área urbana.



Mapa das localizações das cidades, divididas em regiões e sub-regiões

Cidade	Sub-região	Região	População (2021)	Área (km^2)	Densidade populacional	Data de elevação
Abrantes	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	16802	27,7	607	1916 (14 de junho)[8]
Agualva-Cacém	Área Metropolitana de Lisboa		81020	10,42	7775	2001 (12 de julho)[9]
Águeda	Região de Aveiro	Centro	13710	36,03	380	1985 (14 de agosto)[10]
Albergaria-a-Velha	Região de Aveiro	Centro	9036	7,91	1142	2011 (17 de junho)[11]
Albufeira	Algarve		21302	11	1937	1986 (20 de agosto)[12]
Alcácer do Sal	Alentejo Litoral	Alentejo	5868	5,80	1012	1997 (12 de julho)[13]
Alcobaça	Oeste	Oeste e Vale do Tejo	6017	2,91	2068	1995 (30 de agosto)[14]
Alfena	Área Metropolitana do Porto	Norte	14677	9,81	1496	2011 (22 de junho)[15]
Almada	Área Metropolitana de Lisboa		88202	13,98	6309	1973 (14 de junho)[16]
Almeirim	Lezíria do Tejo	Oeste e Vale do Tejo	11552	6,55	1764	1991 (16 de agosto)[17]
Alverca do Ribatejo	Área Metropolitana de Lisboa		30404	10,38	2929	1990 (9 de agosto)[18]
Amadora	Área Metropolitana de Lisboa		171179	23,79	7195	1979 (17 de setembro)[19]
Amarante	Tâmega e Sousa	Norte	12408	11,9	1043	1985 (14 de agosto)[20]
Amora	Área Metropolitana de Lisboa		49352	27,31	1807	1993 (2 de julho)[21]
Anadia	Região de Aveiro	Centro	6240	14,40	433	2004 (9 de dezembro)[22]
Angra do Heroísmo	Açores		7953	4,83	1647	1534 (21 de agosto)[23]
Aveiro	Região de Aveiro	Centro	62653	41.84	1497	1759 (11 de abril)[24]
Barcelos	Cávado	Norte	20846	6,14	3395	1928 (6 de setembro)[25]
Barreiro	Área Metropolitana de Lisboa		63119	14,92	4230	1984 (28 de junho)[26]

Beja	Baixo Alentejo	Alentejo	22362	7,18	3114	1521 (10 de abril)[27]
Borba	Alentejo Central	Alentejo	3571	2,20	1623	2009 (12 de junho)[28]
Braga	Cávado	Norte	148977	36,2	4115	1070[29]
Bragança	Terras de Trás-os-Montes	Norte	24041	15,4	1561	1464 (23 de fevereiro)[30]
Caldas da Rainha	Oeste	Oeste e Vale do Tejo	30443	59,20	514	1927 (26 de agosto)[31]
Câmara de Lobos	Madeira		14091	3,63	3882	1996 (2 de agosto)[32]
Caniço	Madeira		24046	12	2004	2005 (10 de junho)[33]
Cantanhede	Região de Coimbra	Centro	5962	8,63	691	1991 (16 de agosto)[34]
Cartaxo	Lezíria do Tejo	Oeste e Vale do Tejo	12302	28,23	436	1995 (30 de agosto)[35]
Castelo Branco	Beira Baixa	Centro	33772	19,7	1714	1771 (20 de março)[36]
Chaves	Alto Tâmega	Norte	17207	33	521	1929 (18 de março)[37]
Coimbra	Região de Coimbra	Centro	106768	83,1	1285	1080[38]
Costa da Caparica	Área Metropolitana de Lisboa		13972	10,18	1372	2004 (9 de dezembro)[39]
Covilhã	Beiras e Serra da Estrela	Centro	33691	122,45	275	1870 (20 de outubro)[40]
Elvas	Alto Alentejo	Alentejo	15254	19,0	803	1513 (21 de abril)[41]
Entroncamento	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	20141	13,73	1467	1991 (16 de agosto)[42]
Ermesinde	Área Metropolitana do Porto	Norte	39095	7,65	5110	1990 (10 de agosto)[43]
Esmoriz	Região de Aveiro	Centro	11924	9,05	1317	1993 (2 de julho)[44]
Espinho	Área Metropolitana do Porto	Norte	21152	6,15	3439	1973 (14 de junho)[45]
Esposende	Cávado	Norte	10896	13,05	835	1993 (2 de julho)[46]

Estarreja	Região de Aveiro	Centro	7448	10,87	685	2004 (9 de dezembro)[47]
Estremoz	Alentejo Central	Alentejo	6635	3,46	1918	1926 (31 de agosto)[48]
Évora	Alentejo Central	Alentejo	46953	14,3	2829	1165[49]
Fafe	Ave	Norte	15456	7,97	1939	1986 (23 de agosto)[12]
Faro	Algarve		41904	8,34	5024	1540 (7 de setembro)[50]
Fátima	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	10533	17,3	609	1997 (12 de julho)[51]
Felgueiras	Tâmega e Sousa	Norte	15857	10,26	1546	1990 (10 de agosto)[52]
Figueira da Foz	Região de Coimbra	Centro	31032	33,26	933	1882 (20 de setembro)[53]
Fiães	Área Metropolitana do Porto	Norte	7097	6,58	1078	2001 (12 de julho)[54]
Freamunde	Tâmega e Sousa	Norte	7557	4,68	1618	2001 (12 de julho)[55]
Funchal	Madeira		105701	35,6	2969	1508 (21 de agosto)[56]
Fundão	Beiras e Serra da Estrela	Centro	8174	6,50	1258	1988 (19 de abril)[57]
Gafanha da Nazaré	Região de Aveiro	Centro	12514	6,90	1814	2001 (21 de julho)[58]
Gandra	Área Metropolitana do Porto	Norte	6967	12,06	578	2003 (26 de agosto)[59]
Gondomar	Área Metropolitana do Porto	Norte	26771	11,77	2275	1991 (16 de agosto)[60]
Gouveia	Beiras e Serra da Estrela	Centro	3064	4,52	678	1988 (1 de fevereiro)[61]
Guarda	Beiras e Serra da Estrela	Centro	25833	13,59	1901	1199 (27 de novembro)[62]
Guimarães	Ave	Norte	54178	20,4	2656	1853 (22 de junho)[63]
Horta	Açores		5615	8,48	662	1833 (13 de julho)[64]
Ílhavo	Região de Aveiro	Centro	10838	8,63	1256	1990 (9 de agosto)[65]

Lagoa (Açores)	Açores		6834	3,36	2034	2012 (22 de março)[66]
Lagoa	Algarve		6010	4,32	1391	2001 (12 de julho)[67]
Lagos	Algarve		19347	7,67	2522	1573 (27 de janeiro)[68]
Lamego	Douro	Norte	11165	7,53	1483	1147[69]
Leiria	Região de Leiria	Centro	55074	34,6	1592	1545 (13 de junho)[70]
Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa		545923	100,05	5456	1147[71]
Lixa	Tâmega e Sousa	Norte	5102	2,70	1892	1995 (30 de agosto)[72]
Lordelo	Área Metropolitana do Porto	Norte	9107	9,25	984	2003 (26 de agosto)[73]
Loulé	Algarve		15574	5,11	3048	1988 (1 de fevereiro)[74]
Loures	Área Metropolitana de Lisboa		14260	32,82	434	1990 (9 de agosto)[75]
Lourosa	Área Metropolitana do Porto	Norte	8005	5,77	1387	2001 (12 de julho)[76]
Macedo de Cavaleiros	Terras de Trás-os-Montes	Norte	6138	15,34	400	1999 (24 de junho)[77]
Machico	Madeira		10037	5,41	1855	1996 (2 de agosto)[78]
Maia	Área Metropolitana do Porto	Norte	40535	10,80	3753	1986 (23 de agosto)[12]
Mangualde	Viseu Dão-Lafões	Centro	9858	46,25	213	1986 (23 de agosto)[12]
Marco de Canaveses	Tâmega e Sousa	Norte	11069	17,49	633	1993 (2 de julho)[79]
Marinha Grande	Região de Leiria	Centro	7857	2,54	3093	1988 (19 de abril)[80]
Matosinhos	Área Metropolitana do Porto	Norte	49046	11,28	4348	1984 (28 de junho)[81]
Mealhada	Região de Coimbra	Centro	6376	21,40	297	2003 (26 de agosto)[82]
Mêda	Beiras e Serra da Estrela	Centro	2148	2,83	759	2004 (9 de dezembro)[83]

Miranda do Douro	Terras de Trás-os-Montes	Norte	1897	2,08	903	1545 (10 de julho)[84]
Mirandela	Terras de Trás-os-Montes	Norte	11404	29,78	383	1984 (28 de junho)[85]
Montemor-o-Novo	Alentejo Central	Alentejo	8356	3,38	2472	1988 (19 de abril)[86]
Montijo	Área Metropolitana de Lisboa		41411	31,46	1316	1985 (14 de agosto)[87]
Moura	Baixo Alentejo	Alentejo	7064	3,63	1946	1988 (1 de fevereiro)[88]
Odivelas	Área Metropolitana de Lisboa		57834	4,13	14003	1990 (10 de agosto)[89]
Olhão	Algarve		29556	6,46	4575	1985 (14 de agosto)[90]
Oliveira de Azeméis	Área Metropolitana do Porto	Norte	15459	9,91	1560	1984 (16 de maio)[91]
Oliveira do Bairro	Região de Aveiro	Centro	4487	6,37	704	2003 (26 de agosto)[92]
Oliveira do Hospital	Região de Coimbra	Centro	5835	13,67	427	1993 (2 de julho)[93]
Ourém	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	7250	20,52	353	1991 (16 de agosto)[94]
Ovar	Região de Aveiro	Centro	17925	19,68	911	1984 (28 de junho)[95]
Paços de Ferreira	Tâmega e Sousa	Norte	13418	8,31	1614	1993 (2 de julho)[96]
Paredes	Área Metropolitana do Porto	Norte	20591	21,51	957	1991 (16 de agosto)[97]
Penafiel	Tâmega e Sousa	Norte	15677	22,52	696	1770 (3 de março)[98]
Peniche	Oeste	Oeste e Vale do Tejo	13212	8,34	1584	1988 (1 de fevereiro)[99]
Peso da Régua	Douro	Norte	8628	4,32	1999	1985 (14 de agosto)[100]
Pinhel	Beiras e Serra da Estrela	Centro	2737	2,85	960	1770 (25 de agosto)[101]
Pombal	Região de Leiria	Centro	12035	12.07	997	1991 (16 de agosto)[102]
Ponta Delgada	Açores		46897	37,57	1248	1546 (2 de abril)[103]
Ponte de Sor	Alto Alentejo	Alentejo	7476	8,73	856	1985 (14 de agosto)[104]

Portalegre	Alto Alentejo	Alentejo	14138	12,76	958	1550 (23 de maio)[105]
Portimão	Algarve		44426	13,4	3315	1924 (11 de dezembro)[106]
Porto	Área Metropolitana do Porto	Norte	231962	41,42	5600	1112[107]
Póvoa de Santa Iria	Área Metropolitana de Lisboa		40872	9,16	4462	1999 (24 de junho)[108]
Póvoa de Varzim	Área Metropolitana do Porto	Norte	41292	13,0	3176	1973 (14 de junho)[109]
Praia da Vitória	Açores		3601	4.46	807	1981 (20 de junho)[110]
Quarteira	Algarve		16138	3,18	5075	1999 (24 de junho)[111]
Queluz	Área Metropolitana de Lisboa		79366	7,6	10442	1997 (24 de julho)[112]
Rebordosa	Área Metropolitana do Porto	Norte	8496	11,17	761	2003 (26 de agosto)[113]
Reguengos de Monsaraz	Alentejo Central	Alentejo	5769	4,1	1407	2004 (9 de dezembro)[114]
Ribeira Grande	Açores		12762	9,03	1413	1981 (29 de junho)[115]
Rio Maior	Lezíria do Tejo	Oeste e Vale do Tejo	12517	82,94	151	1985 (14 de agosto)[116]
Rio Tinto	Área Metropolitana do Porto	Norte	65473	15,04	4353	1995 (30 de agosto)[117]
Sabugal	Beiras e Serra da Estrela	Centro	2135	3,16	677	2004 (9 de dezembro)[118]
Sacavém	Área Metropolitana de Lisboa		24681	3,89	6344	1997 (4 de junho)[119]
Samora Correia	Lezíria do Tejo	Oeste e Vale do Tejo	17704	321,29	55	2009 (12 de junho)[120]
Santa Comba Dão	Viseu Dão-Lafões	Centro	4407	27,11	162	1999 (24 de junho)[121]
Santa Cruz	Madeira		7136	28,10	254	1996 (2 de agosto)[122]
Santa Maria da Feira	Área Metropolitana do Porto	Norte	19788	23,52	841	1985 (14 de agosto)[123]
Santana	Madeira		2838	17,80	159	2000 (6 de julho)[124]

Santarém	Lezíria do Tejo	Oeste e Vale do Tejo	30021	55,46	541	1868 (24 de dezembro)[125]
Santiago do Cacém	Alentejo Litoral	Alentejo	5677	3,13	1814	1991 (16 de agosto)[126]
Santo Tirso	Área Metropolitana do Porto	Norte	26959	35,5	759	1985 (14 de agosto)[127]
São João da Madeira	Área Metropolitana do Porto	Norte	22144	7,94	2789	1984 (28 de junho)[128]
São Mamede de Infesta	Área Metropolitana do Porto	Norte	22844	4,99	4578	2001 (12 de julho)[129]
São Pedro do Sul	Viseu Dão-Lafões	Centro	5497	21,13	260	2009 (12 de junho)[130]
Seia	Beiras e Serra da Estrela	Centro	5132	4,75	1080	1986 (23 de agosto)[131]
Seixal	Área Metropolitana de Lisboa		45607	24,09	1893	1993 (2 de julho)[132]
Senhora da Hora	Área Metropolitana do Porto	Norte	26988	3,77	7159	2009 (12 de junho)[133]
Serpa	Baixo Alentejo	Alentejo	4623	2,08	2201	2003 (26 de agosto)[134]
Setúbal	Área Metropolitana de Lisboa		90396	51,49	1756	1860 (19 de abril)[135]
Silves	Algarve		6344	1,72	3688	1189; 1253[136]
Sines	Alentejo Litoral	Alentejo	12499	6,0	2083	1997 (12 de julho)[137]
Tarouca	Douro	Norte	4334	21,95	197	2004 (9 de dezembro)[138]
Tavira	Algarve		13843	7,67	1805	1520 (16 de março)[139]
Tomar	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	14123	12,5	1130	1844 (12 de fevereiro)[140]
Tondela	Viseu Dão-Lafões	Centro	5215	15,75	331	1988 (1 de fevereiro)[141]
Torres Novas	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	16109	61,64	261	1985 (14 de agosto)[142]
Torres Vedras	Oeste	Oeste e Vale do Tejo	19528	17,4	1122	1979 (3 de fevereiro)[143]
Trancoso	Beiras e Serra da Estrela	Centro	2575	2,95	873	2004 (9 de dezembro)[144]

Trofa	Área Metropolitana do Porto	Norte	17532	9,97	1758	1993 (2 de julho)[145]
Valbom	Área Metropolitana do Porto	Norte	13849	4,38	3162	2004 (9 de dezembro)[146]
Vale de Cambra	Área Metropolitana do Porto	Norte	5386	2,91	1851	1993 (2 de julho)[147]
Valença	Alto Minho	Norte	6601	12,11	545	2009 (12 de junho)[148]
Valongo	Área Metropolitana do Porto	Norte	25736	10,3	2499	1990 (10 de agosto)[149]
Valpaços	Alto Tâmega	Norte	4661	39,15	119	1999 (24 de junho)[150]
Vendas Novas	Alentejo Central	Alentejo	9246	9,24	1001	1993 (2 de julho)[151]
Viana do Castelo	Alto Minho	Norte	25158	11,86	2121	1848 (20 de janeiro)[152]
Vila Baleira	Madeira		5149	42,48	121	1996 (6 de agosto)[153]
Vila do Conde	Área Metropolitana do Porto	Norte	29319	6,77	4330	1988 (1 de fevereiro)[154]
Vila Franca de Xira	Área Metropolitana de Lisboa		16337	4,75	3439	1984 (28 de junho)[155]
Vila Nova de Famalicão	Ave	Norte	36699	23,5	1562	1985 (14 de agosto)[156]
Vila Nova de Foz Côa	Douro	Norte	3101	90,17	35	1997 (12 de julho)[157]
Vila Nova de Gaia	Área Metropolitana do Porto	Norte	188443	56,22	3352	1984 (28 de junho)[158]
Vila Nova de Santo André	Alentejo Litoral	Alentejo	8436	4,7	1795	2003 (26 de agosto)[159]
Vila Real	Douro	Norte	29201	22,0	1327	1925 (20 de julho)[160]
Vila Real de Santo António	Algarve		10857	3,05	3560	1988 (19 de abril)[161]
Viseu	Viseu Dão-Lafões	Centro	59469	64,85	917	1147[162]
Vizela	Ave	Norte	11073	7,68	1442	1998 (1 de setembro)[163]

Cidades sendo vilas

Em Portugal existem localidades com mais de 8.000 habitantes e com as infra-estruturas requisitas instaladas, mas não tendo a designação de "cidade", mas sim como "vila", por exemplo:

- Algueirão-Mem Martins
- Cascais
- Corroios
- Ponte de Lima
- Rio de Mouro
- Sintra

Vilas sendo cidades

Como existem "cidades" sendo "vilas", também existem "vilas" sendo "cidades", porque tem as infraestruturas requisitas instaladas, mas não tem mais de 8.000 habitantes ou porque desde que a localidade recebeu a designação de "cidade" perdeu ao longo dos anos os 8.000 habitantes, por exemplo:

- Fiães
- Horta
- Miranda do Douro
- Peso da Régua
- Reguengos de Monsaraz
- Sabugal
- Santana

Áreas metropolitanas

As duas áreas metropolitanas de Portugal, Lisboa com mais de 2,8 milhões de habitantes e Porto com mais de 1,7 milhões de habitantes, são as maiores aglomerações do país. Nas duas áreas metropolitanas, para além das grandes cidades de Lisboa e Porto, existem outras cidades que, em conjunto, formam a área metropolitana.

A Área Metropolitana de Lisboa é constituída pela grande cidade de Lisboa, mas também pelas cidades da Amadora, Queluz, Setúbal, Almada, Agualva-Cacém, etc.

A Área Metropolitana do Porto é constituída pela grande cidade do Porto, mas também pelas cidades de Vila Nova de Gaia, Gondomar, Rio Tinto, Póvoa de Varzim, Matosinhos, etc.

Grandes cidades fora das áreas metropolitanas

Há também grandes cidades em Portugal que não pertencem a nenhuma área metropolitana. Estas cidades são na sua maioria capitais de sub-regiões que não são consideradas áreas metropolitanas porque a população está principalmente localizada na capital da sub-região.

A grande cidade de Braga é a capital da sub-região do Cávado.

A grande cidade do Funchal é a capital da região autónoma Madeira.

A grande cidade de Coimbra é a capital da sub-região Região de Coimbra.

Número de cidades por sub-regiões e regiões

Em todas as sub-regiões e regiões existem cidades, sendo a capital de cada sub-região e região sempre considerada cidade. A Região Norte dispõe de 54 cidades, tendo o maior número de cidades em território nacional, a seguir da Região Centro com 33 cidades, o Alentejo com 16 cidades, a Área Metropolitana de Lisboa com 17 cidades, o Algarve com 11 cidades, a Região Autónoma da Madeira com sete cidades, os Região Autónoma dos Açores com seis cidades e o Oeste e Vale do Tejo com 15 cidades.

<table>
<tr><td>Açores</td><td colspan="3">6</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Alentejo</td><td rowspan="4">16</td><td>Alentejo Central</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Alentejo Litoral</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Alto Alentejo</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Baixo Alentejo</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Algarve</td><td colspan="3">11</td></tr>
<tr><td>Área Metropolitana de Lisboa</td><td colspan="3">17</td></tr>
<tr><td rowspan="6">Centro</td><td rowspan="6">33</td><td>Beira Baixa</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Beiras e Serra da Estrela</td><td>9</td></tr>
<tr><td>Região de Aveiro</td><td>9</td></tr>
<tr><td>Região de Coimbra</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Região de Leiria</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Viseu Dão-Lafões</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Madeira</td><td colspan="3">7</td></tr>
<tr><td rowspan="8">Norte</td><td rowspan="8">54</td><td>Alto Minho</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Alto Tâmega</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Área Metropolitana do Porto</td><td>27</td></tr>
<tr><td>Ave</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Cávado</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Douro</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Tâmega e Sousa</td><td>7</td></tr>
<tr><td>Terras de Trás-os-Montes</td><td>4</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Oeste e Vale do Tejo</td><td rowspan="3">15</td><td>Lezíria do Tejo</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Médio Tejo</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Oeste</td><td>4</td></tr>
</table>

Ver também

- Lista de cidades em Portugal por data de criação
- Lista de vilas em Portugal

- Lista de vilas notáveis em Portugal

Notas

1. «The EU-OECD definition of a functional urban area» (https://www.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/the-eu-oecd-definition-of-a-functional-urban-area_d58cb34d-en) (PDF) (em inglês). 11 de dezembro de 2019
2. «List of municipalities included in the functional urban areas» (https://www.oecd.org/cfe/regionaldevelopment/list-of-municipalities-in-functional-urban-areas.xls) (em inglês). 1 de janeiro de 2019
3. Assembleia Da República (2 de junho de 1982). «Lei 11/82, de 2 de Junho» (https://files.dre.pt/1s/1982/06/12500/15291531.pdf) (PDF). Consultado em 6 de março de 2022
4. https://www.pordata.pt/Municipios/Cidades-51
5. «Censos 2021» (https://geoc2021.ine.pt/). Consultado em 10 de fevereiro de 2024
6. «Conheça o seu Município» (https://www.pordata.pt/Municipios). *www.pordata.pt*. Consultado em 29 de janeiro de 2022
7. Instituto Geográfico Português, *Carta Administrativa Oficial de Portugal* (CAOP), versão 2013 (http://www.dgterritorio.pt/ficheiros/cadastro/caop/caop_download/caop_2013_0/areasfregmundistcaop2013_2) Arquivado em (https://web.archive.org/web/20131209063645/http://www.dgterritorio.pt/ficheiros/cadastro/caop/caop_download/caop_2013_0/areasfregmundistcaop2013_2) 9 de dezembro de 2013, no Wayback Machine. (ficheiro Excel zipado)
8. Lei n.º 601, de 14 de junho de 1916 (Diário do Governo n.º 118, I Série, de 14-VI-1916) (http://dre.pt/pdfgratis/1916/06/11800.pdf).
9. Lei n.º 34/2001, de 12 de julho (Diário da República n.º 160, I Série-A, de 12-VII-2001) (http://dre.pt/pdf1sdip/2001/07/160A00/42304230.pdf).
10. Lei n.º 30/85, de 14 de agosto (Diário da República n.º 186, I Série, de 14-VIII-1985) (http://dre.pt/pdf1sdip/1985/08/18600/26022602.pdf).
11. Lei n.º 34/2011, de 17 de junho (Diário da República n.º 116, I Série, de 17-VI-2011) (http://dre.pt/pdf1sdip/2011/06/11600/0325103251.pdf).
12. Lei n.º 28/86, art.º 1.º, de 23 de agosto (Diário da República n.º 193, I Série, de 23-VIII-1986) (http://dre.pt/pdf1sdip/1986/08/19300/21332133.pdf).
13. Lei n.º 43/97, de 12 de julho (Diário da República n.º 159, I Série-A, de 12-VII-1997) (http://dre.pt/pdf1sdip/1997/07/159A00/34473447.pdf).
14. Lei n.º 37/95, de 30 de agosto (Diário da República n.º 200, I Série-A, de 30-VIII-1995) (http://dre.pt/pdf1sdip/1995/08/200A00/54355435.pdf).
15. Lei n.º 38/2011, de 22 de junho (Diário da República n.º 119, I Série, de 22-VI-2011) (http://dre.pt/pdf1sdip/2011/06/11900/0372403724.pdf).
16. Decreto n.º 308/73, de 16 de junho (Diário do Governo n.º 141, I Série, de 16-VI-1973) (http://dre.pt/pdf1sdip/1973/06/14100/10481048.pdf).
17. Lei n.º 70/91, de 16 de agosto (Diário da República n.º 187, I Série-A, de 16-VIII-1991) (http://dre.pt/pdf1sdip/1991/08/187A00/41384138.pdf).
18. Lei n.º 36/90, de 9 de agosto (Diário da República n.º 183, I Série, de 9-VIII-1990) (http://dre.pt/pdf1sdip/1990/08/18300/32723272.pdf).
19. Lei n.º 58/79, de 17 de setembro (Diário da República n.º 215, I Série, de 17-IX-1979) (http://dre.pt/pdf1sdip/1979/09/21500/23732373.pdf).
20. Lei n.º 31/85, de 14 de agosto (Diário da República n.º 186, I Série, de 14-VIII-1985) (http://dre.pt/pdf1sdip/1985/08/18600/26022602.pdf).
21. Lei n.º 20/92, de 2 de julho (Diário da República n.º 153, I Série-A, de 2-VII-1993) (http://dre.pt/pdf1sdip/1993/07/153A00/36333633.pdf).

22. Lei n.º 4/2005, de 26 de janeiro (Diário da República n.º 18, I Série-A, de 26-I-2005) (http://dre.pt/pdf1sdip/2005/01/018A00/06050605.pdf).
23. Carta Régia de 21 de agosto de 1534.
24. Alvará de 11 de abril de 1759.
25. Decreto n.º 15929, de 6 de setembro de 1928 (Diário do Governo n.º 205, I Série, de 06-IX-1928) (http://dre.pt/pdfgratis/1928/09/20500.pdf).
26. Lei n.º 23/84, de 28 de junho (Diário da República n.º 148, I Série, de 28-VI-1984) (http://dre.pt/pdf1sdip/1984/06/14800/19611961.pdf).
27. Carta Régia de 10 de abril de 1521.
28. Lei n.º 70/2009, de 6 de agosto (Diário da República n.º 151, I Série, de 6-VIII-2009) (http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15100/0510005100.pdf).
29. Data da restauração definitiva da arquidiocese de Braga; na Idade Média, apenas se atribuía o título de cidade às sedes de bispado. Braga foi fundada como cidade romana no ano 14 a.C., com o nome de *Bracara Augusta*.
30. Carta Régia de 23 de fevereiro de 1464.
31. Decreto n.º 14157, de 26 de agosto de 1927 (Diário do Governo n.º 186, I Série, de 26-VIII-1927) (http://dre.pt/pdfgratis/1927/08/18600.pdf).
32. Decreto Legislativo Regional n.º 17/96/M (Diário da República n.º 178, I Série-A, de 2-VIII-1996) (http://dre.pt/pdf1sdip/1996/08/178A00/22752277.pdf).
33. Decreto Legislativo Regional n.º 8/2005/M (Diário da República n.º 111, I Série-A, de 9-VI-2005) (http://dre.pt/pdf1sdip/2005/06/111A00/36583660.pdf).
34. Lei n.º 69/91, de 16 de agosto (Diário da República n.º 187, I Série-A, de 16-VIII-1991) (http://dre.pt/pdf1sdip/1991/08/187A00/41384138.pdf).
35. Lei n.º 38/95, de 30 de agosto (Diário da República n.º 200, I Série-A, de 30-VIII-1995) (http://dre.pt/pdf1sdip/1995/08/200A00/54355435.pdf).
36. Alvará de 20 de março de 1771.
37. Decreto n.º 16621, de 18 de março de 1929 (Diário do Governo n.º 62, I Série, de 18-III-1929) (http://dre.pt/pdfgratis/1929/03/06200.pdf). De notar que Chaves já havia sido considerada cidade na Antiguidade Romana, sob o nome de *Aquae Flaviae* (como sede da diocese do mesmo nome), tendo perdido este estatuto com a extinção do bispado, em data desconhecida).
38. Data da restauração definitiva da diocese de Coimbra; na Idade Média, apenas se atribuía o título de cidade às sedes de bispado. Coimbra foi definitivamente reconquistada aos muçulmanos por Fernando I de Leão e Castela em 24 de julho de 1064.
39. Lei n.º 10/2005, de 26 de janeiro (Diário da República n.º 18, I Série-A, de 26-I-2005) (http://dre.pt/pdf1sdip/2005/01/018A00/06060606.pdf).
40. Decreto de 20 de outubro de 1870.
41. Carta Régia de 21 de abril de 1513.
42. Lei n.º 68/91, de 16 de agosto (Diário da República n.º 187, I Série-A, de 16-VIII-1991) (http://dre.pt/pdf1sdip/1991/08/187A00/41384138.pdf).
43. Lei n.º 40/90, de 10 de agosto (Diário da República n.º 184, I Série, de 10-VIII-1990) (http://dre.pt/pdf1sdip/1990/08/18400/33033303.pdf).
44. Lei n.º 21/92, de 2 de julho (Diário da República n.º 153, I Série-A, de 2-VII-1993) (http://dre.pt/pdf1sdip/1993/07/153A00/36333633.pdf).
45. Decreto n.º 309/73, de 16 de junho (Diário do Governo n.º 141, I Série, de 16-VI-1973) (http://dre.pt/pdf1sdip/1973/06/14100/10481049.pdf).
46. Lei n.º 28/92, de 2 de julho (Diário da República n.º 153, I Série-A, de 2-VII-1993) (http://dre.pt/pdf1sdip/1993/07/153A00/36343634.pdf).
47. Lei n.º 3/2005, de 26 de janeiro (Diário da República n.º 18, I Série-A, de 26-I-2005) (http://dre.pt/pdf1sdip/2005/01/018A00/06050605.pdf).

48. Decreto n.º 12227, de 31 de agosto de 1926 (Diário do Governo n.º 192, I Série, de 31-VIII-1926) (http://dre.pt/pdfgratis/1926/08/19200.pdf).
49. Data da restauração definitiva da diocese de Évora; na Idade Média, apenas se atribuía o título de cidade às sedes de bispado. Évora foi refundada pelos romanos como *Ebora Cerealis* e depois *Liberalitas Julia* sobre um povoado celta em 27 a.C., e tomada definitivamente aos muçulmanos por Geraldo Sem-Pavor em 1165.
50. Carta Régia de 7 de setembro de 1540.
51. Lei n.º 42/97, de 12 de julho (Diário da República n.º 159, I Série-A, de 12-VII-1997) (http://dre.pt/pdf1sdip/1997/07/159A00/34473447.pdf).
52. Lei n.º 41/90, de 10 de agosto (Diário da República n.º 184, I Série, de 10-VIII-1990) (http://dre.pt/pdf1sdip/1990/08/18400/33033303.pdf).
53. Decreto de 20 de setembro de 1882.
54. Lei n.º 31/2001, de 12 de julho (Diário da República n.º 160, I Série-A, de 12-VII-2001) (http://dre.pt/pdf1sdip/2001/07/160A00/42304230.pdf).
55. Lei n.º 36/2001, de 12 de julho (Diário da República n.º 160, I Série-A, de 12-VII-2001) (http://dre.pt/pdf1sdip/2001/07/160A00/42314231.pdf).
56. Carta Régia de 21 de agosto de 1508.
57. Lei n.º 36/88, de 19 de abril (Diário da República n.º 91, I Série, de 19-IV-1988) (http://dre.pt/pdf1sdip/1988/04/09100/14781478.pdf).
58. Lei n.º 32/2001, de 12 de julho (Diário da República n.º 160, I Série-A, de 12-VII-2001) (http://dre.pt/pdf1sdip/2001/07/160A00/42304230.pdf).
59. Lei n.º 74/2003, de 26 de agosto (Diário da República n.º 196, I Série-A, de 26-VIII-2003) (http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/196A00/55355535.pdf).
60. Lei n.º 65/91, de 16 de agosto (Diário da República n.º 187, I Série-A, de 16-VIII-1991) (http://dre.pt/pdf1sdip/1991/08/187A00/41374137.pdf).
61. Lei n.º 6/88, de 1 de fevereiro (Diário da República n.º 26, I Série, de 1-II-1988) (http://dre.pt/pdf1sdip/1988/02/02600/03450345.pdf).
62. Carta de foral de D. Sancho I de Portugal.
63. Decreto de 22 de junho de 1853.
64. Decreto de 13 de julho de 1833.
65. Lei n.º 34/90, de 9 de agosto (Diário da República n.º 183, I Série, de 9-VIII-1990) (http://dre.pt/pdf1sdip/1990/08/18300/32723272.pdf).
66. Decreto Legislativo Regional n.º 17/2012/A (Diário da República n.º 72, I Série, de 11-IV-2012). (http://dre.pt/pdf1sdip/2012/04/07200/0180701809.pdf)
67. Lei n.º 47/2001, de 12 de julho (Diário da República n.º 160, I Série-A, de 12-VII-2001) (http://dre.pt/pdf1sdip/2001/07/160A00/42334233.pdf).
68. Carta Régia de 27 de janeiro de 1570.
69. Data da restauração definitiva da diocese de Lamego; na Idade Média, apenas se atribuía o título de cidade às sedes de bispado. Lamego foi tomada definitivamente aos muçulmanos por Fernando I de Leão e Castela em 29 de novembro de 1057.
70. Carta Régia de 13 de junho de 1545.

71. Data da restauração definitiva da diocese de Lisboa; na Idade Média, apenas se atribuía o título de cidade às sedes de bispado. Lisboa foi refundada como município romano com o nome de Felicidade Júlia Olisipo (*Felicitas Julia Olissipo*), cerca de 27 a.C., tendo sido tomada definitivamente aos muçulmanos por Afonso I de Portugal com o auxílio de uma frota de cruzados em 25 de outubro de 1147. Para efeitos eclesiásticos, por bula do papa Clemente XI de 7 de novembro de 1716, foram criados o Patriarcado de Lisboa (Ocidental) e o Arcebispado de Lisboa (Oriental), o que se traduziu na divisão civil da cidade em *Lisboa Ocidental* e *Lisboa Oriental*, com duas câmaras e dois senados, por alvará de D. João V de 15 de janeiro de 1717; o arcebispado foi reintegrado no Patriarcado de Lisboa por bula do papa Bento XIV de 13 de dezembro de 1740 e a divisão da cidade cessou por novo alvará de D. João V de 31 de agosto de 1741.
72. Lei n.º 39/95, de 30 de agosto (Diário da República n.º 200, I Série-A, de 30-VIII-1995) (http://dre.pt/pdf1sdip/1995/08/200A00/54355435.pdf).
73. Lei n.º 73/2003, de 26 de agosto (Diário da República n.º 196, I Série-A, de 26-VIII-2003) (http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/196A00/55355535.pdf).
74. Lei n.º 4/88, de 1 de fevereiro (Diário da República n.º 26, I Série, de 1-II-1988) (http://dre.pt/pdf1sdip/1988/02/02600/03450345.pdf).
75. Lei n.º 35/90, de 9 de agosto (Diário da República n.º 183, I Série, de 9-VIII-1990) (http://dre.pt/pdf1sdip/1990/08/18300/32723272.pdf).
76. Lei n.º 30/2001, de 12 de julho (Diário da República n.º 160, I Série-A, de 12-VII-2001) (http://dre.pt/pdf1sdip/2001/07/160A00/42294230.pdf).
77. Lei n.º 55/99, de 24 de junho (Diário da República n.º 145, I Série-A, de 24-VI-1999) (http://dre.pt/pdf1sdip/1999/06/145A00/37523752.pdf).
78. Decreto Legislativo Regional n.º 15/96/M (Diário da República n.º 178, I Série-A, de 2-VIII-1996) (http://dre.pt/pdf1sdip/1996/08/178A00/22742275.pdf).
79. Lei n.º 22/92, de 2 de julho (Diário da República n.º 153, I Série-A, de 2-VII-1993) (http://dre.pt/pdf1sdip/1993/07/153A00/36333633.pdf).
80. Lei n.º 38/88, de 19 de abril (Diário da República n.º 91, I Série, de 19-IV-1988) (http://dre.pt/pdf1sdip/1988/04/09100/14791479.pdf).
81. Lei n.º 10/84, de 28 de junho (Diário da República n.º 148, I Série, de 28-VI-1984) (http://dre.pt/pdf1sdip/1984/06/14800/19581958.pdf).
82. Lei n.º 70/2003, de 26 de agosto (Diário da República n.º 196, I Série-A, de 26-VIII-2003) (http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/196A00/55345534.pdf).
83. Lei n.º 6/2005, de 26 de janeiro (Diário da República n.º 18, I Série-A, de 26-I-2005) (http://dre.pt/pdf1sdip/2005/01/018A00/06050605.pdf).
84. Carta Régia de 10 de julho de 1545.
85. Lei n.º 12/84, de 28 de junho (Diário da República n.º 148, I Série, de 28-VI-1984) (http://dre.pt/pdf1sdip/1984/06/14800/19591959.pdf).
86. Lei n.º 39/88, de 19 de abril (Diário da República n.º 91, I Série, de 19-IV-1988) (http://dre.pt/pdf1sdip/1988/04/09100/14791479.pdf).
87. Lei n.º 32/85, de 14 de agosto (Diário da República n.º 186, I Série, de 14-VIII-1985) (http://dre.pt/pdf1sdip/1985/08/18600/26032603.pdf).
88. Lei n.º 8/88, de 1 de fevereiro (Diário da República n.º 26, I Série, de 1-II-1988) (http://dre.pt/pdf1sdip/1988/02/02600/03450345.pdf).
89. Lei n.º 38/90, de 10 de agosto (Diário da República n.º 184, I Série, de 10-VIII-1990) (http://dre.pt/pdf1sdip/1990/08/18400/33033303.pdf).
90. Lei n.º 33/85, de 14 de agosto (Diário da República n.º 186, I Série, de 14-VIII-1985) (http://dre.pt/pdf1sdip/1985/08/18600/26032603.pdf).
91. Lei n.º 22/84, de 28 de junho (Diário da República n.º 148, I Série, de 28-VI-1984) (http://dre.pt/pdf1sdip/1984/06/14800/19611961.pdf).

92. Lei n.º 69/2003, de 26 de agosto (Diário da República n.º 196, I Série-A, de 26-VIII-2003) (http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/196A00/55345534.pdf).
93. Lei n.º 23/92, de 2 de julho (Diário da República n.º 153, I Série-A, de 2-VII-1993) (http://dre.pt/pdf1sdip/1993/07/153A00/36333633.pdf).
94. Lei n.º 72/91, de 16 de agosto (Diário da República n.º 187, I Série-A, de 16-VIII-1991) (http://dre.pt/pdf1sdip/1991/08/187A00/41384138.pdf). A lei alterou também o nome da povoação, de *Vila Nova de Ourém* para apenas *Ourém*.
95. Lei n.º 9/84, de 28 de junho (Diário da República n.º 148, I Série, de 28-VI-1984) (http://dre.pt/pdf1sdip/1984/06/14800/19581958.pdf).
96. Lei n.º 24/92, de 2 de julho (Diário da República n.º 153, I Série-A, de 2-VII-1993) (http://dre.pt/pdf1sdip/1993/07/153A00/36333633.pdf).
97. Lei n.º 67/91, de 16 de agosto (Diário da República n.º 187, I Série-A, de 16-VIII-1991) (http://dre.pt/pdf1sdip/1991/08/187A00/41384138.pdf).
98. Alvará de 3 de março de 1770.
99. Lei n.º 7/88, de 1 de fevereiro (Diário da República n.º 26, I Série, de 1-II-1988) (http://dre.pt/pdf1sdip/1988/02/02600/03450345.pdf).
100. Lei n.º 34/85, de 14 de agosto (Diário da República n.º 186, I Série, de 14-VIII-1985) (http://dre.pt/pdf1sdip/1985/08/18600/26032603.pdf).
101. Alvará de 25 de agosto de 1770.
102. Lei n.º 71/91, de 16 de agosto (Diário da República n.º 187, I Série-A, de 16-VIII-1991) (http://dre.pt/pdf1sdip/1991/08/187A00/41384138.pdf).
103. Carta Régia de 2 de abril de 1546.
104. Lei n.º 35/85, de 14 de agosto (Diário da República n.º 186, I Série, de 14-VIII-1985) (http://dre.pt/pdf1sdip/1985/08/18600/26032603.pdf).
105. Carta Régia de 23 de maio de 1550.
106. Lei n.º 1692, de 11 de dezembro de 1924 (Diário do Governo n.º 276, I Série, de 11-XII-1924) (http://dre.pt/pdfgratis/1924/12/27600.pdf). A lei alterou também o nome da povoação, de *Vila Nova de Portimão* para apenas *Portimão*. De notar que Portimão já havia sido anteriormente elevada a cidade por D. José I, em 16 de janeiro de 1773, tendo perdido o estatuto com a subida ao trono de D. Maria I, em 31 de maio de 1777).
107. Data da restauração definitiva da diocese do Porto; na Idade Média, apenas se atribuía o título de cidade às sedes de bispado. O Porto foi definitivamente conquistado numa acção de presúria levada a cabo por Vímara Peres em 868.
108. Lei n.º 54/99, de 24 de junho (Diário da República n.º 145, I Série-A, de 24-VI-1999) (http://dre.pt/pdf1sdip/1999/06/145A00/37523752.pdf).
109. Decreto n.º 310/73, de 16 de junho (Diário do Governo n.º 141, I Série, de 16-VI-1973) (http://dre.pt/pdf1sdip/1973/06/14100/10491049.pdf).
110. Decreto Regional n.º 7/81/A (Diário da República n.º 139, I Série, de 20-VI-1981) (http://dre.pt/pdf1sdip/1981/06/13900/14331434.pdf).
111. Lei n.º 52/99, de 24 de junho (Diário da República n.º 145, I Série-A, de 24-VI-1999) (http://dre.pt/pdf1sdip/1999/06/145A00/37513751.pdf).
112. Lei n.º 88/97, de 24 de julho (Diário da República n.º 169, I Série-A, de 24-VII-1997) (http://dre.pt/pdf1sdip/1997/07/169A00/37233723.pdf).
113. Lei n.º 72/2003, de 26 de agosto (Diário da República n.º 196, I Série-A, de 26-VIII-2003) (http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/196A00/55345534.pdf).
114. Lei n.º 5/2005, de 26 de janeiro (Diário da República n.º 18, I Série-A, de 26-I-2005) (http://dre.pt/pdf1sdip/2005/01/018A00/06050605.pdf).
115. Decreto Regional n.º 9/81/A (Diário da República n.º 146, I Série, de 29-VI-1981) (http://dre.pt/pdf1sdip/1981/06/14600/15331534.pdf).

116. Lei n.º 36/85, de 14 de agosto (Diário da República n.º 186, I Série, de 14-VIII-1985) (http://dre.pt/pdf1sdip/1985/08/18600/26032603.pdf).
117. Lei n.º 40/95, de 30 de agosto (Diário da República n.º 200, I Série-A, de 30-VIII-1995) (http://dre.pt/pdf1sdip/1995/08/200A00/54355435.pdf).
118. Lei n.º 8/2005, de 26 de janeiro (Diário da República n.º 18, I Série-A, de 26-I-2005) (http://dre.pt/pdf1sdip/2005/01/018A00/06060606.pdf).
119. Lei n.º 45/97, de 12 de julho (Diário da República n.º 159, I Série-A, de 12-VII-1997) (http://dre.pt/pdf1sdip/1997/07/159A00/34473447.pdf).
120. Lei n.º 68/2009, de 6 de agosto (Diário da República n.º 151, I Série, de 6-VIII-2009) (http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15100/0510005100.pdf).
121. Lei n.º 56/99, de 24 de junho (Diário da República n.º 145, I Série-A, de 24-VI-1999) (http://dre.pt/pdf1sdip/1999/06/145A00/37523752.pdf).
122. Decreto Legislativo Regional n.º 14/96/M (Diário da República n.º 178, I Série-A, de 2-VIII-1996) (http://dre.pt/pdf1sdip/1996/08/178A00/22732274.pdf).
123. Lei n.º 39/85, de 14 de agosto (Diário da República n.º 186, I Série, de 14-VIII-1985) (http://dre.pt/pdf1sdip/1985/08/18600/26042604.pdf). A lei alterou também o nome da povoação, de *Vila da Feira* para *Santa Maria da Feira*.
124. Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/M (Diário da República n.º 154, I Série-A, de 6-VII-2000) (http://dre.pt/pdf1sdip/2000/07/154A00/29502951.pdf).
125. Decreto de 24 de dezembro de 1868.
126. Lei n.º 66/91, de 16 de agosto (Diário da República n.º 187, I Série-A, de 16-VIII-1991) (http://dre.pt/pdf1sdip/1991/08/187A00/41374137.pdf).
127. Lei n.º 37/85, de 14 de agosto (Diário da República n.º 186, I Série, de 14-VIII-1985) (http://dre.pt/pdf1sdip/1985/08/18600/26042604.pdf).
128. Lei n.º 13/84, de 28 de junho (Diário da República n.º 148, I Série, de 28-VI-1984) (http://dre.pt/pdf1sdip/1984/06/14800/19591959.pdf).
129. Lei n.º 35/2001, de 12 de julho (Diário da República n.º 160, I Série-A, de 12-VII-2001) (http://dre.pt/pdf1sdip/2001/07/160A00/42304231.pdf).
130. Lei n.º 67/2009, de 6 de agosto (Diário da República n.º 151, I Série, de 6-VIII-2009) (http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15100/0510005100.pdf).
131. Lei n.º 28/86, art.º 1.º, de 23 de agosto (Diário da República n.º 193, I Série, de 23-VIII-1986) (http://dre.pt/pdf1sdip/1986/08/19300/21332133.pdf).
132. Lei n.º 25/92, de 2 de julho (Diário da República n.º 153, I Série-A, de 2-VII-1993) (http://dre.pt/pdf1sdip/1993/07/153A00/36333633.pdf).
133. Lei n.º 69/2009, de 6 de agosto (Diário da República n.º 151, I Série, de 6-VIII-2009) (http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15100/0510005100.pdf).
134. Lei n.º 71/2003, de 26 de agosto (Diário da República n.º 196, I Série-A, de 26-VIII-2003) (http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/196A00/55345534.pdf).
135. Decreto de 19 de abril de 1860.
136. Data da primeira restauração da diocese de Silves por Sancho I de Portugal (1189) e data restauração definitiva da mesma por Afonso X de Leão e Castela (1253); na Idade Média, apenas se atribuía o título de cidade às sedes de bispado. Silves foi conquistada aos muçulmanos primeiro em 1189, perdida em 1191 e apenas reconquistada definitivamente em 1246.
137. Lei n.º 44/97, de 12 de julho (Diário da República n.º 159, I Série-A, de 12-VII-1997) (http://dre.pt/pdf1sdip/1997/07/159A00/34473447.pdf).
138. Lei n.º 11/2005, de 26 de janeiro (Diário da República n.º 18, I Série-A, de 26-I-2005) (http://dre.pt/pdf1sdip/2005/01/018A00/06060606.pdf).
139. Carta Régia de 16 de março de 1520.
140. Decreto de 13 de fevereiro de 1844.

141. Lei n.º 9/88, de 1 de fevereiro (Diário da República n.º 26, I Série, de 1-II-1988) (http://dre.pt/pdf1sdip/1988/02/02600/03450345.pdf).
142. Lei n.º 38/85, de 14 de agosto (Diário da República n.º 186, I Série, de 14-VIII-1985) (http://dre.pt/pdf1sdip/1985/08/18600/26042604.pdf).
143. Lei n.º 5/79, de 3 de fevereiro (Diário da República n.º 29, I Série, de 3-II-1979) (http://dre.pt/pdf1sdip/1979/02/02900/01650165.pdf).
144. Lei n.º 7/2005, de 26 de janeiro (Diário da República n.º 18, I Série-A, de 26-I-2005) (http://dre.pt/pdf1sdip/2005/01/018A00/06050605.pdf).
145. Lei n.º 29/92, de 2 de julho (Diário da República n.º 153, I Série-A, de 2-VII-1993) (http://dre.pt/pdf1sdip/1993/07/153A00/36343634.pdf).
146. Lei n.º 9/2005, de 26 de janeiro (Diário da República n.º 18, I Série-A, de 26-I-2005) (http://dre.pt/pdf1sdip/2005/01/018A00/06060606.pdf).
147. Lei n.º 26/92, de 2 de julho (Diário da República n.º 153, I Série-A, de 2-VII-1993) (http://dre.pt/pdf1sdip/1993/07/153A00/36343634.pdf).
148. Lei n.º 66/2009, de 6 de agosto (Diário da República n.º 151, I Série, de 6-VIII-2009) (http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15100/0509905099.pdf).
149. Lei n.º 39/90, de 10 de agosto (Diário da República n.º 184, I Série, de 10-VIII-1990) (http://dre.pt/pdf1sdip/1990/08/18400/33033303.pdf).
150. Lei n.º 53/99, de 24 de junho (Diário da República n.º 145, I Série-A, de 24-VI-1999) (http://dre.pt/pdf1sdip/1999/06/145A00/37523752.pdf).
151. Lei n.º 27/92, de 2 de julho (Diário da República n.º 153, I Série-A, de 2-VII-1993) (http://dre.pt/pdf1sdip/1993/07/153A00/36343634.pdf).
152. Decreto de 20 de janeiro de 1848, que também alterou a designação da povoação, de *Viana da Foz do Lima* para *Viana do Castelo*.
153. Decreto Legislativo Regional n.º 18/96/M (Diário da República n.º 181, I Série-A, de 6-VIII-1996) (http://dre.pt/pdf1sdip/1996/08/181A00/23602361.pdf).
154. Lei n.º 5/88, de 1 de fevereiro (Diário da República n.º 26, I Série, de 1-II-1988) (http://dre.pt/pdf1sdip/1988/02/02600/03450345.pdf).
155. Lei n.º 14/84, de 28 de junho (Diário da República n.º 148, I Série, de 28-VI-1984) (http://dre.pt/pdf1sdip/1984/06/14800/19591959.pdf).
156. Lei n.º 40/85, de 14 de agosto (Diário da República n.º 186, I Série, de 14-VIII-1985) (http://dre.pt/pdf1sdip/1985/08/18600/26042604.pdf).
157. Lei n.º 41/97, de 12 de julho (Diário da República n.º 159, I Série-A, de 12-VII-1997) (http://dre.pt/pdf1sdip/1997/07/159A00/34463446.pdf).
158. Lei n.º 15/84, de 28 de junho (Diário da República n.º 148, I Série, de 28-VI-1984) (http://dre.pt/pdf1sdip/1984/06/14800/19591959.pdf).
159. Lei n.º 75/2003, de 26 de agosto (Diário da República n.º 196, I Série-A, de 26-VIII-2003) (http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/196A00/55355535.pdf).
160. Lei n.º 1804, de 20 de julho de 1925 (Diário do Governo n.º 159, I Série, de 20-VII-1925) (http://dre.pt/pdfgratis/1925/07/15900.pdf).
161. Lei n.º 37/88, de 19 de abril (Diário da República n.º 91, I Série, de 19-IV-1988) (http://dre.pt/pdf1sdip/1988/04/09100/14781478.pdf).
162. Data da restauração definitiva da diocese de Viseu; na Idade Média, apenas se atribuía o título de cidade às sedes de bispado. Viseu foi definitivamente reconquista aos muçulmanos por Fernando I de Leão e Castela em 1057.
163. Lei n.º 63/98, art.º 1.º, n.º 2, de 1 de setembro (Diário da República n.º 201, I Série-A, de 1-IX-1998) (http://dre.pt/pdf1sdip/1998/09/201A00/45264527.pdf). Pela mesma lei, foi Vizela elevada também a sede de município (art.º 1.º, n.º 1).

Obtida de "https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_cidades_em_Portugal&oldid=70050713"